

## **EDUCAÇÃO, INCLUSÃO E CIDADANIA ÀS MULHERES: o Programa Mulheres Mil sob o olhar das educandas do IFRN**

Rita de Cássia Rocha - IFRN  
Lenina Lopes Soares Silva - IFRN

### **RESUMO**

O presente trabalho faz parte de uma pesquisa desenvolvida no Programa de PósGraduação em Educação Profissional (PPGEP), em nível de mestrado, no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN). Neste, analisa-se o Programa Nacional Mulheres Mil no contexto das políticas públicas de Educação Profissional no Brasil, verificando os seus avanços e desafios, tendo em vista o campo que ele vem definindo, ou seja, o da ampliação dos direitos, tendo a educação profissional como importantes dimensões da construção da cidadania. O Programa tem como finalidade oferecer as bases de uma política social de inclusão e gênero para mulheres em situação de vulnerabilidade social. Este foi implantado, inicialmente, como projeto-piloto em 13 Estados das regiões Norte e Nordeste do país, por meio de uma parceria entre o Canadá e o Brasil, em 2007. Após a implantação, se transforma em política pública integrante do Programa Brasil Sem Miséria do Governo Federal sendo implementado nos campi da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica do Brasil. As contribuições teóricas na análise advêm dos autores que discutem a relação trabalho e educação na perspectiva marxista, por envolver o processo histórico, a apreciação dos instrumentos que legitimam a ação política do Estado frente à educação e a percepção dos atores sociais envolvidos. O percurso investigativo compreendeu a pesquisa bibliográfica e documental complementando-se a empiria com entrevista semiestruturada com as mulheres egressas do referido Programa no Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN). Tem-se a análise das entrevistas enfatizando-se as experiências e vivências formativas das mulheres egressas no programa do IFRN, que apontam a sua concepção sobre o processo formativo, como forma de evidenciar os avanços e desafios dessa política na dimensão da construção da cidadania.

**Palavras-chave:** Educação Profissional – Políticas Públicas. Programa Nacional Mulheres Mil. Cidadania.

### **Introdução**

O artigo – recorte de uma pesquisa desenvolvida no Programa de Pós Graduação em Educação Profissional (PPGEP), em nível de mestrado, no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN). Neste analisa-se o Programa Nacional Mulheres Mil no contexto das políticas públicas de Educação Profissional no Brasil, verificando os seus avanços e desafios, tendo em vista o campo que ele vem definindo, ou seja, o da ampliação dos direitos, tendo a educação profissional como importantes dimensões da construção da cidadania.

As contribuições teóricas na análise advêm dos autores que discutem a relação trabalho e educação na perspectiva marxista, por envolver o processo histórico, a apreciação dos instrumentos que legitimam a ação política do Estado frente à educação e a percepção dos atores sociais envolvidos.

De forma ampla, a pesquisa se enquadra nas categorias qualitativa e exploratório-descritiva, uma vez que percebe-se o vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade dos sujeitos envolvidos, proporcionando maior familiaridade com a temática, com o problema.

O percurso investigativo compreendeu a pesquisa bibliográfica e documental complementando-se a empiria com entrevista semiestruturada com as mulheres egressas do referido Programa no Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN).

Diante das possibilidades postas, selecionamos os *Campi* de Caicó, Currais Novos e Santa Cruz, para compor a amostra da pesquisa. A amostra limita-se a 15 (quinze) egressas de um universo de, aproximadamente, 500 matrículas efetivadas de mulheres nos Cursos de Formação Inicial e Continuada, realizadas entre os anos de 2012 a 2014, distribuídas nos *Campi* do IFRN de Caicó, Currais Novos e Santa Cruz, conforme os Relatórios de Gestão do IFRN (2012 a 2014). As entrevistas foram realizadas e orientadas por um questionário.

O texto encontra-se organizado em três partes antecedidas por esta introdução.

Na primeira e segunda parte, respectivamente, discorreremos sobre a intersecção das temáticas inclusão, mulheres, cidadania e educação, destacando a histórica da formação do Estado brasileiro como significativa na compreensão da educação profissional pensada para a mulheres.

Na terceira, apresentamos o Programa Mulheres Mil no contexto das políticas voltadas à educação profissional, tendo como *locus*, a partir da experiência formativa ofertada no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte – IFRN.

Por fim, apresentamos as considerações finais.

### **Educação, Cidadania, Inclusão e Mulheres – uma discussão necessária.**

A intersecção de temáticas como - a educação enquanto direito e uma das condições para o exercício da cidadania; as políticas públicas de Educação Profissional; e a questão da educação para mulheres no Brasil envolta na questão de gênero - nos

desafia a uma discussão que exige uma postura interdisciplinar, que nos impulsiona para além das questões educacionais.

A importância de estudos sobre as mulheres abordando os diversos aspectos que envolvem a sua construção como ser social em nosso país, e, de forma especial, a educação a ela destinada, nos leva a um passado quando as mulheres eram invisibilizadas pelo Estado. Assim, quando se adentra nas questões de gênero constatamos que essas eram negligenciadas em face dos interesses políticos e econômicos hegemônicos. Sobre a temática e, enfatizando as questões de gênero e étnicas, afirma Pereira (2011):

Em diferentes tempos históricos não foram consideradas agentes da história e sua função na sociedade era determinada de acordo com seu núcleo social, regida e administrada pelo Estado. E quando pensamos em mulher negra, a necessidade de ressignificação histórica é ainda maior, visto que o grupo social ao qual pertence nunca teve importância em nenhum momento histórico. (PEREIRA, 2011, p. 6).

Vemos, assim, que a discussão sobre o direito à educação, em nosso país, é desafiadora, visto que engloba diversas outras questões em função das profundas desigualdades e injustiças, sejam em proporções maiores ou menores. Essas são fortemente denunciadas nas inúmeras pesquisas sociais, registradas nos diversos espaços científicos no Brasil e no mundo. Diferentes segmentos e grupos sociais sofrem, cotidianamente, por ocupar uma posição social de inferioridade. Nesse contexto, as mulheres constituem uma população vítima de inúmeros processos de opressão, de inferioridade e negação. Na literatura, há constatações da supremacia de uma ideologia machista que trabalha para convencer, pressupondo que as mulheres são indivíduos de capacidades inferiores ao ser masculino.

A negação sustentada por tal ideologia tem contribuído para a existência de construções históricas distorcidas e perpetuação de mitos que servem como fonte para incutir um estereótipo da figura feminina. Isso fortalece os processos de negação. Dessas reflexões, emerge a compreensão de como homens e mulheres foram construindo suas identidades como seres sociais. Assim, assumem lugares e papéis definidos por interesses políticos e econômicos, permeados por construtos sociais que negam a condição das mulheres como seres sociais e de direito.

Nessa perspectiva, foi definida uma cultura de visão simplória e machista que inferioriza o ser mulher e o resultado tem sido: a negação de direitos e/ou a constatação

da exclusão social das mulheres ao longo da história, seja na educação, no trabalho ou em qualquer setor da vida social.

Assim, percebemos que a discussão que envolve as questões de cidadania, inclusão, mulheres, políticas de educação e, de forma especial, a educação profissional é complexa, perpassa diferentes campos do conhecimento, envolve discussões sociais, políticas, econômicas, bem como, relações de poder.

### **A Tessitura do Estado Brasileiro: as políticas públicas – o lugar da educação para a mulher**

Na história política brasileira, consideramos importante situar a temática e ressaltar que, desde que foi atribuída ao Estado a missão de promover o acesso à escolarização, garantindo a permanência e o êxito, o fazer político e pedagógico, passou a ser mediado por políticas educacionais concatenadas com projeto societário em curso. Essas políticas públicas explicitam os objetivos que sustentam os projetos políticos e sociais e expressam a articulação entre as forças que nele coexistem, notadamente, as forças econômicas impulsionadoras da produção capitalista (SAVIANI, 1998).

Quanto à formação do Estado brasileiro, os elementos fundantes da sua constituição - raça/cor, classe social, dominação, ideologia do capital – intervieram na definição da identidade feminina, quanto ao seu papel e lugar na sociedade, às mulheres foram atribuídas na contextura social, valores negativados, de inferioridade a sua imagem, a sua cultura, a sua história, a sua formação, ao seu lugar e papel social. Os mecanismos sociais incutiram a ideologia da supremacia do ser masculino como estratégia de manutenção da ordem vigente.

Os processos históricos de inferiorização feminina acompanham as mulheres da infância à idade adulta, são como alimentos para introjeção do que é possível e impossível na vida pessoal e profissional delas, que tem seu espaço de criação e exploração pessoal delimitado, empobrecido, mediante os interesses políticos e econômicos.

Portanto, a educação feminina consiste no projeto educacional assumido pelo Estado brasileiro no seu decurso. Os princípios e os fundamentos são semelhantes. Portanto, a tessitura se guiará por tramas idênticas. Os fios de sua urdidura se entrelaçam imprimindo forma ao tecido, ora são percebidos pelas suas cores e espessuras, ora não aparecem, mas lá estão arrematando a robustez da trama na essência

do capitalismo global. Assim, a história do acesso da mulher à educação no Brasil configurou diante de todos os impedimentos e entraves que são próprios da realidade brasileira, em face do seu processo de constituição como Nação.

A dualidade escolar, que impôs um tipo de educação para a classe dominante, e outro para a classe trabalhadora (intelectual para a elite, instrumental para pobres), também se efetivou em escolas segregadas por sexo. Os processos formativos dos três primeiros séculos da história educacional brasileira foram marcados pela conformação social, orientada pela exclusão, pela subserviência ao poder hegemônico e pela delegação às mulheres de ofícios que não estivessem diretamente ligados ao poder econômico (HIRATA, 2003).

Portanto, seguindo essa lógica, a educação destinada às mulheres desde o Período Colonial, passando o Império no Brasil, articulava-se aos fins sociais e econômicos que, de acordo com a classe social a que pertenciam assumiam lugares e papéis distintos: as de classes inferiores desempenhavam todos os trabalhos pesados nas atividades produtivas da época, aprendendo os ofícios na convivência com os mais experientes; as pertencentes à classe superior preocupavam-se com os afazeres domésticos, a gerência do lar, o cuidado com a família, os ensinamentos da moral e dos bons costumes aos filhos (HIRATA, 2003). O que as tornava semelhantes no cenário educacional era a condição de não ter acesso à escolarização. Essa autora assinala que tanto as mulheres brancas, ricas ou empobrecidas, como as negras escravas e as indígenas não tinham acesso à arte de ler e escrever. Dessa forma, as práticas formativas pautadas pela desigualdade seja social ou sexual deixaram marcas profundas no sistema educacional brasileiro; o currículo proposto para a mulher, se informal ou formal, era construído pautado pela segregação social e sexual.

No último quarto do século XX, assistimos a mudanças nos contextos econômico, político, social e cultural em todo o mundo. Os estudos de Harvey (1996) atestam que, a partir da década de 1970, o sistema capitalista atravessa uma fase de transição, passando de uma época<sup>1</sup> quando prevalecia a regulação fordista/kenesyana para uma outra, denominada, por ele, de “acumulação flexível”<sup>2</sup>. O primeiro período baseava-se na expansão material do capitalismo, por monopólio dos mercados, na expansão industrial por meio da produção em massa, crescimento de postos de

---

<sup>1</sup> Final do século XIX até os anos anteriores a 1960 do século XX.

<sup>2</sup> Grifos do autor, Harvey (1996).

trabalho/empregos cuja organização do trabalho, segundo os preceitos do taylorismo<sup>3</sup>, incentivos ao consumo e garantias sociais reguladas pelo Estado<sup>4</sup> e pela organização do trabalho. O segundo período, a partir dos anos de 1970, apresenta-se como os indícios da ruptura em relação à anterior, caracterizando-se pela flexibilização na produção que redimensiona o espaço de e para produção e as formas de organização do trabalho, minimizando a rigidez e ampliando as possibilidades de contratos de trabalho formal, fase esta conhecida como o Toyotismo<sup>5</sup>.

Torna-se significativo afirmar que essa transição não se consolida em todas as sociedades ditas capitalistas, ou seja, não se trata de uma transição linear/temporal. No entanto, é no bojo dessas mudanças que se reservam espaços e funções para a mulher, muito embora estejam forjados na ideologia da inferioridade do ser e fazer feminino com relação ao masculino. Ademais, essas transformações instigam o questionamento da permanência das tradições em face da modernidade e das diversas experiências sociais e culturais. A luta pela adoção da perspectiva feminista chama a atenção para a diversidade e particularidade que as novas técnicas e tecnologias produzem quando introduzidas no contexto da organicidade da produção. Aliada às outras demandas, os movimentos sociais, entre eles, o feminista vai encorpando suas pautas reivindicatórias (BANDINTHER, 1991; HIRATA, 2002; SCOOT, 1995).

No Brasil, as décadas de 1970 e 1980 foram marcadas pelas ações políticas da ditadura militar instaladas no país, o debate conservador dominante orientava as discussões institucionais públicas e a produção teórica. Nos finais dos anos 1980, temos o início do processo de redemocratização e destacamos o protagonismo dos movimentos sociais, há décadas em luta pela democracia. Eles permanecem insistindo na redefinição da agenda nacional, priorizando a discussão em torno das políticas públicas. Em se tratando do campo de estudos de gênero, verificamos que, no Brasil, sua consolidação acontece no final dos anos 1970, concomitante ao movimento feminista no país. Desde o final dessa década, os movimentos sociais de mulheres vêm pautando suas reivindicações em exigências junto ao poder público, insistindo na incorporação da perspectiva de gênero nas políticas públicas.

---

<sup>3</sup> Organização do trabalho sistematizada na teoria de Taylor, denominada Administração Científica do Trabalho – em que o trabalho é concebido para ser extremamente dividido, reforçando a dualidade: trabalho intelectual *versus* trabalho manual (HARVEY, 1996).

<sup>4</sup> Estado do Bem estar social – construção de normas sociais reguladoras das atividades econômicas pelo estado, mediante políticas sociais dirigidas a populações excluídas e de baixa renda. (HARVEY, 1996).

<sup>5</sup> Modelo japonês.

Para Hirata (2003), a Constituição do Brasil de 1988, produzida no âmbito da luta democrática contra a ditadura é um dos marcos de formalização da cidadania. Com todos os limites e possibilidades, essa Carta Magna, criou os espaços jurídicos para o desenvolvimento de políticas de direitos. Portanto, é com a Constituição de 1988 que a mulher brasileira tem a garantia de direitos como caminho para o exercício da sua cidadania. Inicia-se, nesta, o processo de abolição de inúmeras discriminações com intuito de imprimir visibilidade a sua condição de ser mulher, em face das suas necessidades ora comuns, ora singulares aos demais.

Após anos de 1990, identificamos a movimentação do Estado brasileiro no intuito de atender às exigências e aos direitos conquistados em instrumentos jurídico-legais que procuram sistematizar as ações e criar as estruturas organizativas para efetivação das políticas. A criação da Secretaria Especial de Políticas para Mulher (SPM), vinculada à Presidência da República; a realização das Conferências Nacionais para Mulheres; os Planos Nacionais de Políticas para Mulheres; a Lei nº 11.340/06 (BRASIL, 2006), conhecida como Lei Maria da Penha; o Programa Nacional Mulheres Mil (BRASIL, 2012), foram ações que, entre outras, focaram na garantia do exercício da cidadania das mulher. Observamos que o poder estatal assume a função de criar as condições que, ao mesmo tempo, favorecem a acumulação e legitimam a ordem social e econômica em defesa dos interesses de sustentação da classe dominante, atendendo, parcialmente, aos interesses advindos do meio popular sistematizados e representados pelas forças sociais (FRIGOTTO; CIAVATTA, 2011).

Salientamos que há mais ou menos três décadas a discussão sobre o papel da mulher para o desenvolvimento econômico nas contribuições acadêmicas e técnicas tem insistido para que ela seja incorporada à questão de gênero na agenda das políticas públicas. Essas produções têm assumido uma postura crítica que aborda a questão homem e mulher como categorias sociais historicamente produzidas e que desempenham papéis ao mesmo tempo: diferentes e similares na sociedade. Portanto, tem diferentes necessidades, sendo imprescindíveis oportunidades igualitárias de formação e participação social, fundamentadas em uma base unitária, democrática e cidadã (MACHADO, 1999).

A atual legislação educacional no campo da educação profissional traduz duas possibilidades de iniciativas educacionais no campo da formação profissional: a que une e a que segrega. A integração da educação básica com a formação profissional em um único projeto e a permanência da separação da educação propedêutica, da formação

profissional/técnica de instrumentalização. Nesse encontro e desencontro de pontos é que vão sendo traçadas as propostas governamentais, materializando-se os interesses que sustentam o lastro em que se assenta o motor do empreendimento capitalista.

## **A ANÁLISE DO PROGRAMA NACIONAL MULHERES MIL NO ÂMBITO DO IFRN**

Situar o contexto em que ocorre uma política pública voltada para mulheres que emerge na envergadura de um campo de disputas acirradas foi o que fizemos até aqui.

Percebemos que, para as mulheres, foram as lutas que permitiram a conquista de espaços nas políticas públicas.

A experiência do Mulheres Mil foi gestada, numa parceria bilateral entre o Brasil e o Canadá. Resultou da cooperação entre a Associação das Faculdades Comunitárias Canadenses (ACCC) e a Secretaria de Educação Profissional e Tecnologia (Setec) do Ministério da Educação (MEC), que, durante cinco anos (2000 a 2005), vinha desenvolvendo uma variedade de programas de capacitação profissional, tendo os Centros Federais de Educação Profissional e Tecnológica (Cefet), como *locus* de ensino e de aprendizagem e aperfeiçoamento dos conhecimentos construídos (BRASIL, 2011). Este foi implantado, inicialmente, como projeto-piloto em 13 Estados das regiões Norte e Nordeste do país.

O desafio consistia em desenvolver sistemas de informação, infraestrutura, políticas e procedimentos que possibilitassem personalizar ou desenvolver e implementar ferramentas e técnicas para atender às mulheres vítimas do processo de exclusão social, como também proporcionar capacitação personalizada para atualização e verticalização acadêmica, como também, desenvolver relações formais com a comunidade empregadora (trabalho formal), traçando metodologias para desenvolver programação voltada às necessidades do empregador e do público-alvo.

O discurso da inclusão dos trabalhadores no mundo do trabalho por meio da qualificação profissional, nesse cenário - das mulheres trabalhadoras - está presente nessas instituições ( do Brasil e do Canadá) e constituiu um princípio orientador. Objetivava-se a oferta de uma modalidade educacional que disponibilizasse àquelas que vivem do trabalho, uma oportunidade de certificação profissional articulada a uma inclusão subordinada às cadeias produtivas.

O Mulheres Mil, na sua essência, é submetido à ideologia da empregabilidade, que, em termos de desenvolvimento educacional, significa mobilização autônoma do



indivíduo para buscar as oportunidades que a sociedade (ou o mercado) oferecem (MOLL, 2010).

Posteriormente, ao desenvolvimento do projeto-piloto, com resultados tidos como satisfatórios e mediante a Portaria nº. 1.015/2011, denominando-se - o Programa Nacional Mulheres Mil - e tem como finalidade oferecer as bases de uma política social de inclusão e gênero para mulheres em situação de vulnerabilidade social. Após a implantação, se transforma em política pública integrante do Programa Brasil Sem Miséria do Governo Federal sendo implementado nos *campi* da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica do Brasil.

Nas premissas legais, nacionais e mundiais, é notória a defesa de que a educação é um direito social basilar<sup>6</sup> para todos(as) os seres humanos, independente da etnia, da idade, do gênero, da religiosidade, da condição social, da situação jurídica. Tal direito constitui elemento da dignidade humana, fundamento do Estado democrático e condição para o exercício da cidadania.

Os dados do IBGE (2012), do RASEAM (2015) e desta pesquisa evidenciam que as questões raciais, étnicas e de gênero reforçam a vulnerabilidade social, econômica, cultural a que vem sendo submetida à mulher no transcorrer histórico. Já Hirata (2002), ao analisar a divisão social e sexual do trabalho no contexto da sociedade capitalista, aponta que há uma relação direta entre a ocupação dos espaços produtivos e a qualificação profissional da mulher. Isso demonstra que as funções sociais determinadas para a mulher no contexto da sociedade capitalista foram definidas a partir da qualificação sem considerar as limitações impostas quanto ao uso de técnicas e ferramentas. Demonstra, também, que as ações que o Estado, na sua função, fez ou deixou de fazer, diante das definições políticas e econômicas para as mulheres vão influenciar na inserção social das mesmas.

Ao analisarmos os projetos pedagógicos dos cursos, diante da oferta do Mulheres Mil no âmbito do IFRN, verificamos que há permanências e rupturas no que diz respeito ao conhecimento técnico: há rupturas, uma vez que os eixos tecnológicos contemplados saem do espaço doméstico e da intencionalidade da formação para o cuidar, tão presente na educação para a mulher; permanências, por ainda prevalecer formações voltadas ao mundo doméstico e ao cuidar.

---

<sup>6</sup> Constituição Brasileira de 1988 – Artigos 1º, 5º e 6º; Declaração Universal dos Direitos Humanos (ONU) – Art.26.

Nesta pesquisa, contabilizamos 13 (treze) subprojetos de cursos que serviram de base para o Programa em análise. Com a implantação da Portaria nº. 1.015/2011, os Institutos Federais, no âmbito de suas Diretorias de Ensino, foram responsabilizados para elaborar seus Projetos Pedagógicos de Cursos. No IFRN, foram criados, entre os anos de 2012 a 2014, 38 (trinta e oito) Cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC)<sup>7</sup>, com carga horária mínima de 160 horas. Na figura 4<sup>8</sup>, apresentamos os cursos com seus respectivos eixos tecnológicos (IFRN, 2012).

Os Cursos de Formação Inicial e Continuada, com respaldo no art. 39 da Lei nº 9.394/96 e normatizados pelo Decreto nº 5.154/2004, encontram-se definidos no Projeto Político Pedagógico (PPP) do IFRN (2012, p. 164), como: “ofertas educacionais adequadas aos diferentes contextos e às necessidades dos trabalhadores, às necessidades das vocações produtivas e socioculturais e as necessidades das potencialidades regionais”.

O processo de efetivação dos cursos dar-se por meio de convênios e projetos de extensão ou cursos presenciais e a distância. A estrutura curricular, gestão do tempo, carga horária, assume formatos variados. No entanto, priorizam a integração da formação geral à formação profissional, conforme preconiza o PPP da instituição.

No IFRN, as ofertas educativas do Mulheres Mil integram as ações da Pró-Reitoria de Extensão, delegando aos *Campi*, a pactuação das vagas e indicação do curso, mediante planejamento local<sup>9</sup> (IFRN,2012).

As quinze mulheres entrevistadas nesta pesquisa, concluíram os seguintes cursos: Curso FIC em Corte e Costura (vestuário); Curso FIC em Corte e Costura vestuário feminino e masculino, Curso FIC em Modelista e Costureira em Geral, Curso FIC em Processamento de doces em conservas, Curso FIC em Auxiliar de Cozinha, Curso FIC em Artesanato em Material Reciclável, Curso FIC em Processamento de Frutas.

Questionadas sobre a concepção de educação profissional comparada a formação obtida por meio da metodologia do Programa Mulheres Mil, as egressas apontam os desafios e as possibilidades da proposta política de educação profissional voltada às mulheres. Observamos, nas entrelinhas das falas das mulheres egressas- de uma forma

---

<sup>7</sup> Os cursos de Formação Inicial e Continuada, no Projeto Político Pedagógico do IFRN (2012), encontram-se definido como ofertas educacionais adequadas aos diferentes contextos.

<sup>8</sup> As informações contidas na figura 4, foram colhidas no site do IFRN ( [www.ifrn.edu.br](http://www.ifrn.edu.br)), na seção dos planos de cursos para o Mulheres Mil.

<sup>9</sup> Informações disponíveis no site do IFRN ( [www.ifrn.edu.br](http://www.ifrn.edu.br)), serviram de base para elaboração das informações dispostas na figura .

singela - sem conceituações elaboradas, o que os autores, sustentáculos teóricos deste estudo, defendem sobre uma formação para o trabalho, concebido como uma das dimensões educativas do processo de formação humana.

Figura 6 – Quadro com as respostas acerca da concepção de educação profissional emitida pelas egressas do Programa Mulheres Mil no IFRN - 2016

MULHER	O QUE É EDUCAÇÃO PROFISSIONAL?	O MULHERES MIL É FORMAÇÃO PROFISSIONAL?
<b>Resposta mulher 1</b>	E uma educação que prepara a gente para a vida, para o trabalho.	Sim. Foi a melhor escola que já fui. Aprendi muitas coisas. Eu pensei que ia só aprender a costurar, mas aprendi mais sobre a vida.
<b>Resposta mulher 2</b>	Muito bom. É aquilo que a gente aprende para crescer. Para criar amizades. Ter mais conhecimento. Leva a gente ser mais feliz.	Sim. Porque a partir do momento que você botar em prática o que aprender pode ser independente. Você vai recomeçar uma nova vida.
<b>Resposta mulher 3</b>	É uma aprendizagem para a vida toda.	Sim, Eu aprendi muita coisa. Aprendi a lidar com as pessoas. Aprendi sobre leis de trabalho. Aprendi técnicas de artesanato. Fazer velas.
<b>Resposta mulher 4</b>	É uma educação que ajuda a gente a melhorar de vida.	É sim, eu pude aprender muitas coisas que jamais imaginei.
<b>Resposta mulher 5</b>	É o que se aprende para aplicar no trabalho. Fazendo coisas novas.	Eu aprendi muitas coisas. Aprendi a ver o mundo fora da minha casa.
<b>Resposta mulher 6</b>	É uma aprendizagem para o mercado de trabalho.	Sim, pois ensina conteúdos conhecimentos para você trabalhar.
<b>Resposta mulher 7</b>	Ensina a ser educado. Ensina as pessoas conhecimentos para repassar. Ensina coisas novas para o trabalho.	Sim, porque durante este período que eu estudei aprendi muita coisa. Eu aprendi a procurar conhecimentos novos.
<b>Resposta mulher 8</b>	São conhecimentos onde eu adquiro mais saber, nas aulas teóricas, práticas e aulas de campo.	Sim, porque é um programa que pode montar seu próprio negócio, se tornar uma pessoa profissionalizante.
<b>Resposta mulher 9</b>	São os conhecimentos que aprendemos para aplicar na vida e no trabalho. Como exemplo: a ética.	Sim, o Programa Mulheres Mil é formação profissional.
<b>Resposta mulher 10</b>	E aquilo que ensina conteúdo para seguir na vida e na profissão. Tem coisa que a gente aprende e leva pra vida inteira.	Sim, porque lá eu aprendi muita coisa, trabalhar em grupo, pesquisar.
<b>Resposta mulher 11</b>	É uma educação que especializa as pessoas em alguma coisa.	Sim, o curso foi muito bom eu diria que foi minha iniciação. Precisando aperfeiçoar mais.
<b>Resposta mulher 12</b>	É tudo. Nós aprendemos a ter ética, como se relacionar com as pessoas, ser mais responsável, aprendi a sorrir e o principal uma profissão.	Sim, depende de cada um se interessar aprender muita coisa que o curso ofertado como por exemplo: costuras
<b>Resposta mulher 13</b>	É o processo e profissionalização. Aprende-se uma profissão.	Sim, porque eu aprendi muita coisa. Aprendi sobre a vida, sobre o mundo, e sobre o que eu queria trabalhar: com comidas.
<b>Resposta mulher 14</b>	É uma modalidade de ensino que se encontra na educação básica e também dá através de cursos.	Acredito que sim

<b>Resposta mulher 15</b>	É a educação que capacita um indivíduo para determinada profissão.	Sim, porque capacita os alunos a ingressarem com habilidade na área específica do curso profissionalizante
-------------------------------	--	--

Fonte: Autoria própria (2016).

Dessa forma, evidencia o trabalho como princípio educativo, no cerne de um projeto educacional que une na formação, a cultura geral humanística, científica a cultura técnica, referenciados pelos autores que fundamentam esse estudo. As falas das mulheres trazem indícios que apontam para o desejo de uma escola que prepare para a vida. “[...] Foi a melhor escola que já fui. Aprendi muitas coisas. Eu pensei que ia só aprender a costurar. Mas aprendi mais sobre a vida.” (MULHER 01, 2016).

### **Considerações Finais**

Essas falas revelam que o espaço escolar compreende importantes interações, constituindo agente de acomodação ou transformação. No entanto, pode ser um *lócus* propiciador de condições que podem possibilitar muitos encontros, não só com o conhecimento. O fato de o Mulheres Mil estar voltado para uma formação que garantisse a empregabilidade e a geração de renda para a mulher, não impediu que outros encontros e possibilidades adviessem.

As contribuições teóricas, a análise documental e os resultados apresentados mediante as entrevistas com as egressas do Programa Mulheres Mil atestam que a situação da mulher é um fenômeno de construção social e histórica, cujas raízes encontram-se cravadas no modelo econômico capitalista. Suas realidades de classes sociais, origens, regiões, estados civis, escolaridades, cor/raças, saúde, segurança/violência, situação no mercado e mundo do trabalho, anseios, utopias expressam as tramas a que foram submetidas, na tessitura do ser mulher.

Consideramos relevante destacar que o Mulheres Mil se constitui numa oferta educacional, instituída, oficialmente, na Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, cuja experiência inicial ocorreu no IFRN. Identificamos a preocupação com as especificidades da oferta, observando que suas definições ancoram-se no Projeto Político pedagógico e no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) deste Instituto que aponta como função social, a formação humana, a qual por meio de um currículo integra formação geral à formação profissional, visto que Projetos Pedagógicos dos Cursos ofertados contemplam, em seu currículo, temáticas e conteúdos de bases científicas e tecnológicas.

A realização das entrevistas nos trouxe evidências de que, para algumas mulheres, o Programa significou acesso, recomeço, oportunidade de retomar um itinerário formativo, cujos impedimentos (sociais e/ou culturais), iam sendo vencidos, mediante o acesso à informação, ao conhecimento, como instrumento de libertação. Isso reforça que há negação de direitos sociais às mulheres.

As mulheres egressas, universo do estudo, em sua maioria, afirmaram que o Programa lhes trouxe formação técnica, mas, sobretudo, as despertou para a vida, permitindo-lhes acesso a conhecimentos sobre os seus direitos de cidadã.

Percebemos, portanto, o despertar para o senso crítico, de proporcionar leituras da sua realidade com inferências que enxergam a necessidade de transformações; processo formativo que se coaduna com o pensamento gramsciano - o assumir-se como ser pensante, criador, em que o trabalho constitui princípio da formação, isto é, processo pelo qual a tomada de consciência possibilita a transformação da realidade.

Da mesma forma, historicamente, os mecanismos sociais de manutenção das estruturas vigentes de discriminação sexual fazem parte da vida cotidiana das mulheres. A elas, também, pertence a reunião de forças, de definição de estratégias de luta e de combate para suportar e superar o que histórica e politicamente, lhes impuseram e negaram.

Na contextura da sociedade capitalista, as políticas públicas educacionais estão no entrecruzamento de forças que forjam uma complexa trama. É necessário compreendê-la para que se identifiquem os poderes, as funções determinadas, os mecanismos que produzem a manutenção da ordem vigente, mas também aqueles que propiciam as transformações. Só assim, poderemos perceber quais resultados prospectam.

## **Referências**

BANDINTHER, Elisabeth, **O que é uma mulher?** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1991.

BOMFIM, Manoel. **América Latina: males de origem.** Disponível em: <[www.bvce.org](http://www.bvce.org)>. Acesso em: 29 de junho de 2015.

BRASIL, **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)> Acesso em: 3 de janeiro de 2014.

BRASIL. **Decreto nº. 5.154, de 23 de julho de 2004.** Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_01/2004/07/decreto/05154.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_01/2004/07/decreto/05154.htm)> Acesso em: 01 de novembro de 2015. Acesso: 10 de novembro de 2015

BRASIL. **Lei nº 9.394, 20 dezembro de 1996.** Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm). Acesso em: 26 de outubro de 2015.

BRASIL. **Guia metodológico do sistema de Acesso, permanência e Êxito do Programa Mulheres Mil – Educação, Cidadania e Desenvolvimento Sustentável.** Brasília-DF: Secretaria Especial de Políticas para Mulheres. MEC/MDS, 2012.

BRASIL. **I Plano Nacional de Políticas para Mulheres Secretaria Especial de Políticas para Mulheres.** Brasília-DF, 2005.

BRASIL. **II Plano Nacional de Políticas para Mulheres Secretaria Especial de Políticas para Mulheres.** Brasília-DF, 2008.

BRASIL. **III Plano Nacional de políticas para Mulheres.** Brasília-DF, 2012.

BRASIL. Ministério da Educação. **Mulheres Mil na Rede Federal: caminhos da inclusão.** e-book\_ artigos\_e\_relatos.pdf. MEC, Brasília, 2011. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/programa-mulheres-mil>. Acesso em: 20 de janeiro de 2016.

BRASIL. **Portaria Interministerial nº 1.015/2011.** Institui o Programa Nacional Mulheres Mil. Diário oficial da União nº 140, Seção 1, página 38, sexta-feira, 22 de julho de 2011. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=8589-portaria1015-220711-pmm-pdf&category\\_slug=agosto-2011-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=8589-portaria1015-220711-pmm-pdf&category_slug=agosto-2011-pdf&Itemid=30192). Acesso em: 06 de março de 2014.

BRASIL. Ministério da Educação. **Projeto Mulheres Mil.** Projeto Mulheres Mil Associação dos *Colleges* Comunitários do Canadá -ACCC/ Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica -SETEC- MEC. 2007, versão final. Disponível em: <http://www.oei.es/pdf2/mulheres-mil.pdf>. Acesso em: 09 de março de 2015.

BRASIL. **Projetos Pilotos.** Disponível em: <http://mulheresmil.mec.gov.br/index.php>. Acesso em: abril de 2015.

CIAVATTA, Maria. Estudos Comparados: sua Epistemologia e sua Historicidade. **Revista Trabalho, Educação e Saúde**, Rio de Janeiro, v. 7, suplemento, p. 129-151, 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/tes/v7s1/07.pdf> > Acesso em: 29 de maio de 2015.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria. **Perspectivas sociais e políticas da formação de nível médio: avanços e entraves nas suas modalidades.** Educação & Sociedade. v. 32, p. 619-638, 2011.

HIRATA, Helena. Tecnologia, formação e relações de gênero no trabalho. **Revista Educação & Tecnologia.** CEFETs-PR/MG/RJ. 06, 2003. Disponível em: <http://revistas.utfpr.edu.br/pb/index.php/revedutec-ct/article/view/1081/684>. Acesso em: 17 de setembro de 2015.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Daniele. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. **Cadernos de Pesquisa**, v. 37, n. 132, p.595-609, set./dez. 2007. Disponível em: <http://scielo.br/pdf/cp/v37n132/a0537132>. Acesso em: setembro/2015.

HIRATA, Helena. **Nova divisão social do trabalho? Um olhar voltado para a empresa e a sociedade.** São Paulo: Boitempo, 2002.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílio-2012.** Disponível em: [http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2012/default\\_sintese.shtm](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2012/default_sintese.shtm). Acesso em: 15 de junho de 2016.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Anuário Estatístico.** Volume 72. 2012. Disponível em:

<[http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/20/aeb\\_2012.pdf](http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/20/aeb_2012.pdf)>. Acesso 04 de agosto de 2015.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO NORTE. **Projeto Político Pedagógico do IFRN: Uma construção Coletiva – Documento Base**. Natal/RN: IFRN, 2012.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO NORTE. **Projetos pedagógicos de Cursos FIC**. Disponível em: <<http://portal.ifrn.edu.br/ensino/cursos/cursos-de-qualificacao-profissional/mulheres-mil>>. Acesso em: 06 de agosto de 2015.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO NORTE. **Relatórios de Gestão (2005 a 2014)**. Disponível em: <<http://portal.ifrn.edu.br/acessoainformacao/auditorias/relatorios-de-gestao>>. Acesso entre maio a dezembro de 2015.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO NORTE. **III COLÓQUIO NACIONAL DE EDUCAÇÃO – A PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL: Plano Nacional de Educação 2014 – 2024**. Vídeos de Conferências e Mesas Temáticas. Volume 1, IFRN/EaD, 2015.

MANFREDI, Silvia Maria. **Educação profissional no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2002.

MOLL, Jaqueline e Colaboradores. **Educação profissional e tecnológica no Brasil contemporâneo – desafios, tensões e possibilidades**. Porto Alegre: Artmed, 2010.

MOURA, Dante. Ensino médio e educação profissional nos anos 2000: movimentos contraditórios. In: MOURA, Dante (Org.). **Produção de conhecimento, políticas públicas e formação docente em educação profissional**. Porto Alegre: Mercado das Letras, 2013.

RAMOS, Marise; FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria. **A gênese do decreto n. 5.154/2004: um debate no contexto controverso da democracia**. Ministério da Educação. Programa Salto para o Futuro. Ensino Médio Integrado à Educação Profissional. Boletim 07. Maio/Junho, 2006.

ROSEMBERG, Fúlvia. Caminhos cruzados: educação e gênero na produção acadêmica. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.27, n.1, p.47-68, 2001.

SAVIANI, Demerval. A resistência ativa contra a nova lei de diretrizes e bases da educação. In: **Revista Princípios**. Nº 47. São Paulo, Editora Anita Garibaldi, nov/97 a jan/1998.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica.

**Educação e Realidade**, Porto Alegre, n. 20, v. 2, p. 71-99, 1995. Disponível em: <[https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/1210/scott\\_gender2.pdf?sequence=1](https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/1210/scott_gender2.pdf?sequence=1)>. Acesso em: 02 de maio de 2015.